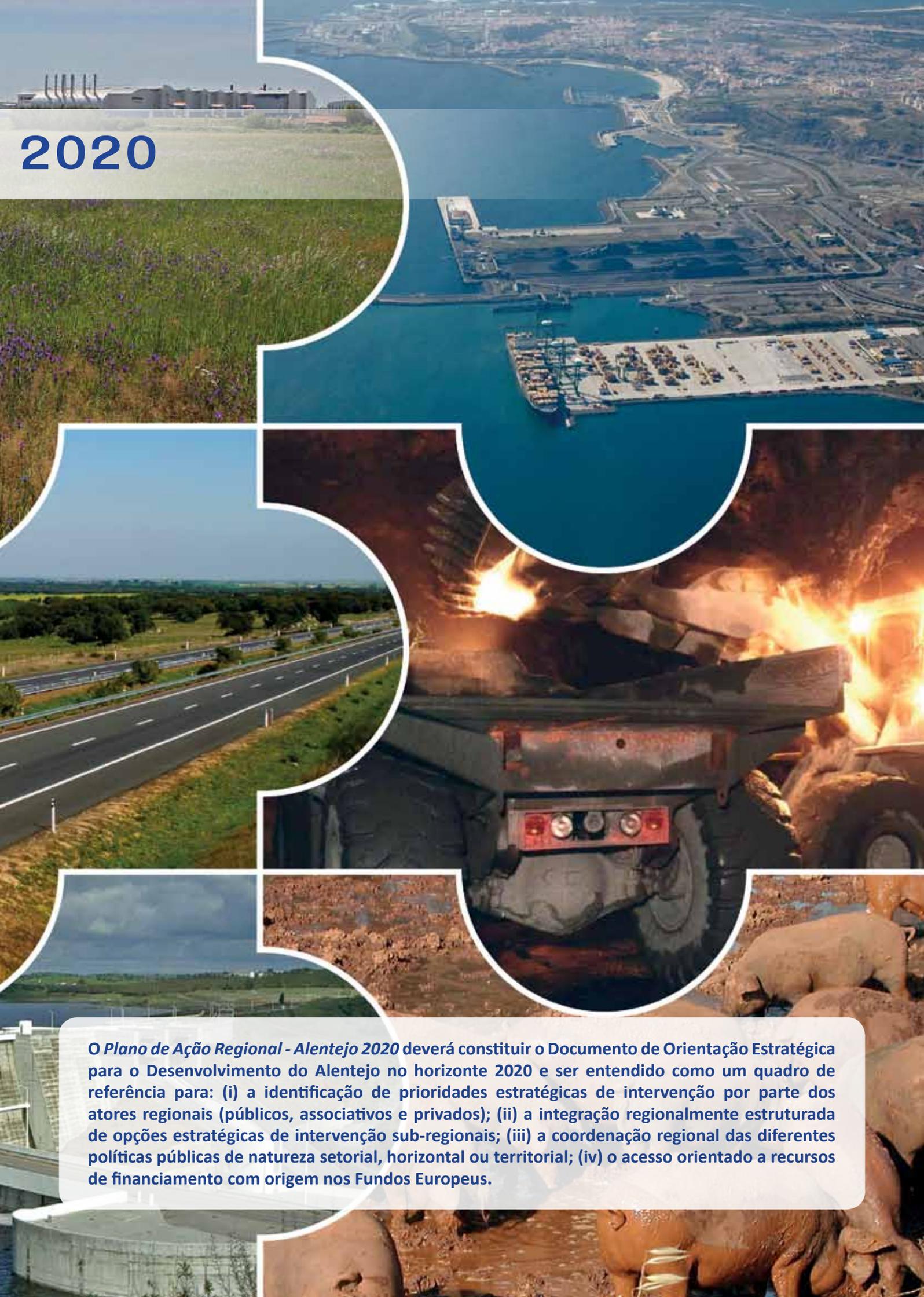


Alentejo Hoje

Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional

plano de ação regional - alentejo





2020

O Plano de Ação Regional - Alentejo 2020 deverá constituir o Documento de Orientação Estratégica para o Desenvolvimento do Alentejo no horizonte 2020 e ser entendido como um quadro de referência para: (i) a identificação de prioridades estratégicas de intervenção por parte dos atores regionais (públicos, associativos e privados); (ii) a integração regionalmente estruturada de opções estratégicas de intervenção sub-regionais; (iii) a coordenação regional das diferentes políticas públicas de natureza setorial, horizontal ou territorial; (iv) o acesso orientado a recursos de financiamento com origem nos Fundos Europeus.

Ficha Técnica

Propriedade:

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo
Avenida Engenheiro Arantes e Oliveira, nº193
7004-514 Évora
Tel.: 266 740 300 | Fax: 266 706 562
Email: expediente@ccdr-a.gov.pt

Director:

António Dieb

Director Executivo:

Figueira Antunes

Concepção Gráfica e Paginação:

Direcção de Serviços de Desenvolvimento Regional

Colaboraram neste número:

Amável Candeias
Joaquim Fialho
Nelson Faustino
Teresa Godinho

Tiragem: 300 ex.

Edição: Setembro 2013

Índice

5

Nota de Abertura

6

Conjuntura Regional

8

População do Alentejo segundo a naturalidade

10

Tema em destaque: Plano de Ação Regional - Alentejo 2020

22

Programa Operacional Regional - INALENTEJO
Situação em 30-09-2013

26

Programa Operacional Regional - INALENTEJO apoia o investimento em microempresas do interior e a criação de postos de trabalho

27

Programa Operacional Regional - INALENTEJO
Investimentos em destaque

Agradecimento:

Agradece-se às entidades que gentilmente disponibilizaram algumas das imagens que constam do presente boletim.

Cegonhas



Nota de Abertura

Este Boletim, referente ao terceiro trimestre de 2013, aborda um conjunto de temáticas que justificam uma referência específica na presente Nota de Abertura. Com efeito, num contexto que foi marcado ao longo dos últimos meses, por um progressivo agravamento do desemprego na Região, regista-se agora pelo 2^a trimestre consecutivo uma redução da taxa de desemprego (menos 6,4% do que no trimestre anterior), situando-se agora nos 16,1%, valor idêntico ao de Setembro de 2012. Reconhecendo-se a relevante dimensão social inerente ao desemprego, há no entanto a expectativa, alicerçada num progressivo relançamento da actividade económica, que esta inversão de tendência, já ocorrida em dois trimestres consecutivos, venha a revelar-se progressivamente sustentada no futuro. Também o sector do turismo continua a evidenciar uma evolução positiva, tanto no que respeita ao número de dormidas na Região quanto aos proveitos que lhe estão associados, apresentando neste trimestre os melhores indicadores dos últimos 12 meses. Sendo o turismo um sector com significativa capacidade para a criação de emprego, a sua progressiva dinâmica, associada à também operação progressiva de muitos dos investimentos nesta área que têm vindo a ser apoiados pelo Programa Operacional Regional e à existência de recursos humanos qualificados, poderão contribuir para que o Alentejo mantenha uma trajectória descendente da sua taxa de desemprego.

O Plano de Acção Regional - Alentejo 2020, aprovado pelo Conselho Regional no passado dia 13 de Setembro, após um longo processo de envolvimento na sua elaboração de um conjunto muito alargado de entidades com responsabilidade reconhecida no desenvolvimento económico e social do Alentejo, formula a visão estratégica, as linhas estruturantes de desenvolvimento para a Região e as prioridades de intervenção no enquadramento da Estratégia Europa 2020. É pois um documento fundamental para prepararmos um Alentejo mais competitivo, com mais emprego e mais coesão social e territorial no horizonte 2020.

Por fim, uma palavra ainda para o bom desempenho do Programa Operacional Regional (INALENTEJO), que continua a apresentar bons níveis de procura e de aprovação de projectos, pelo que, mesmo após a ocorrência de algumas desactivações de projectos, há uma fundada convicção que a Região utilizará integralmente em projectos importantes para o seu desenvolvimento os fundos comunitários que teve ao seu dispor para o período 2007/2013 (854 M€) ■

António Dieb

Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo

Vale do Gaio - Actividades Hoteleiras, Lda - Alcácer do Sal



Conjuntura Regional

A 30 de Setembro, a região Alentejo continua com uma tendência favorável das taxas de emprego e de desemprego, assim como da população desempregada. Com efeito a taxa de emprego subiu 0,6% face aos valores do 2º trimestre do corrente ano, sendo que neste, a mesma taxa também já havia aumentado 3,1% face ao 1º trimestre. Assim, estamos pela segunda vez consecutiva com a taxa de emprego a subir, pese embora ainda esteja a 0,6% dos valores do período homólogo de 2012.

A taxa de desemprego revela igualmente uma tendência decrescente, atingindo os valores homólogos do ano anterior.

A evolução da população desempregada inscrita nos centros de emprego acompanha a evolução dos dois indicadores já referenciados, dado que mantém a tendência decrescente, tanto relativamente ao trimestre anterior (passou de 45 336 para 44 422), como ao período homólogo.

A evolução positiva destes indicadores já havia sido referenciada no 2º trimestre, sendo as variações anteriores mais favoráveis que as actuais. Esta evolução, *per si*, revela tendências muito positivas. No entanto, a contrastar com estes indicadores, *a população empregada por conta de outrem* diminui, quer relativamente ao trimestre anterior, quer quanto aos valores homólogos de 2012. Esta incoerência da variação negativa da população empregada, torna necessária uma análise mais fina das causas da variação favorável apontada para a população desempregada e aprofundar as condicionantes da relação entre estes dois indicadores. Sucede que a população activa, entre o 2º e os 3º trimestres, mantém-se praticamente constante, pese embora se verifique uma variação de -2,4% relativamente ao período homólogo. Importa pois continuar a acompanhar as evoluções destes indicadores para se compreender melhor a sustentabilidade da sua variação positiva.

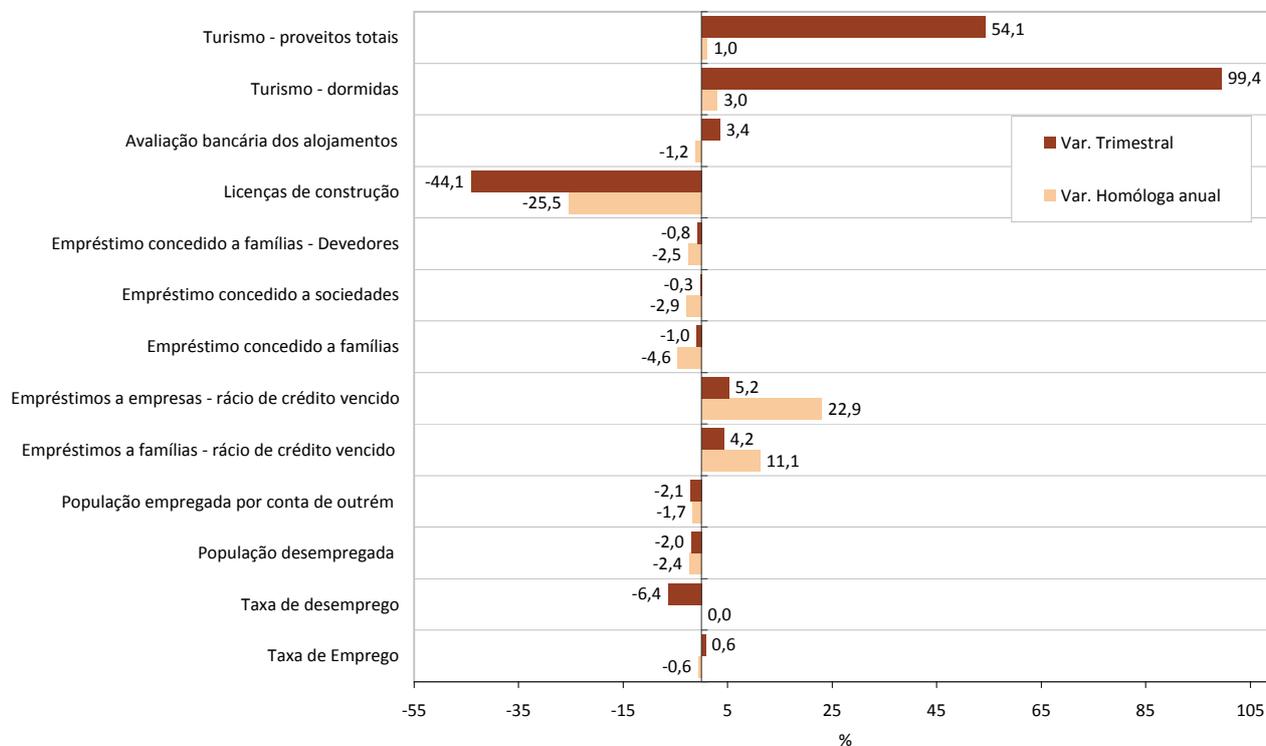
Indicadores de conjuntura - ALENTEJO - 3º Trimestre de 2013

INDICADORES	Varição Homóloga	Varição Trimestre	Período actual		Ano anterior		Fonte
	(Anual %)	%	Data	valor	ano anterior	valor	
Taxa de Emprego %	-0,6	0,6	3T_2013	47,6	3T_2012	47,9	INE
Taxa de desemprego %	0	-6,4	3T_2013	16,1	3T_2012	16,1	INE
População desempregada (Nº)	-2,4	-2	set_2013	44422	Set_2012	45497	IEFP
População empregada por conta de outrem (Milh.)	-1,7	-2,1	set_2013	244,2	3T_2012	248,3	INE
Empréstimos a famílias: rácio de crédito vencido (%)	11,1	4,2	Jun_2013	5	Jun_2012	4,5	Banco Portugal
Empréstimos a empresas: rácio de crédito vencido (%)	22,9	5,2	Jun_2013	10,2	Jun_2012	8,3	Banco Portugal
Empréstimo concedido a famílias 10 ⁶ €	-4,6	-1	Jun_2013	9306	Jun_2012	9756	Banco Portugal
Empréstimo concedido a sociedades (10 ⁶ €)	-2,9	-0,3	Jun_2013	5516	Jun_2012	5680	Banco Portugal
Empréstimo concedido a famílias (10 ³ devedores)	-2,5	-0,8	Jun_2013	310,4	Jun_2012	318,5	Banco Portugal
Licenças de construção (Nº)	-25,5	-44,1	set_2013	38	Set_2012	51	INE
Avaliação bancária dos alojamentos (€/m ²)	-1,2	3,4	set_2013	915	Set_2012	926	INE
Turismo: dormidas (nº)	3	99,4	Ago_2013	200131	Ago_2012	194368	INE
Turismo: proveitos totais (10 ³ €)	1	54,1	Ago_2013	7323	Ago_2012	7252	INE

Varição homóloga = Variação no ano; Variação no Trimestre = dados mais actualis vs. trimestre anterior

Outro indicador com evolução positiva é a *avaliação bancária dos alojamentos* que em Maio de 2013 havia atingido o valor de 858€/m², tendo este trimestre passado para 915€/m². Apesar de ainda não ter chegado ao valor homólogo de 2012, registou-se uma variação positiva de 3,4%, face ao trimestre anterior. Já as licenças de construção, que no segundo trimestre haviam revelado uma tendência crescente, invertem o ciclo e voltam a ter uma evolução negativa, se bem que é preciso ter em conta que passámos de 63 no 2º trimestre para as actuais 38 licenças, estando em causa uma variação de pequenos números.

Indicadores de conjuntura - ALENTEJO - 3º Trimestre de 2013



É de realçar a variação positiva de quase 100% na área do turismo, nomeadamente no que se refere ao número de dormidas, sendo que os valores referentes aos proveitos, tendo revelado uma evolução muito positiva face ao 2º trimestre (54,1%), ficam aquém do que seria expectável face à evolução daquele indicador. É de referenciar esta evolução positiva, dado que já ultrapassou os valores homólogos de 2012 e continua a ter resultados positivos e favoráveis, o que já se vem revelando com alguma continuidade ■

[Herdade da Cortesia Hotel - Avis](#)



População do Alentejo segundo a naturalidade ¹

Alentejanos em Portugal

Os Alentejanos (nascidos na NUTS II Alentejo) residentes em Portugal, em 2011, atingiam o efectivo de 912 628 indivíduos. Este valor não integra aqueles que nasceram no Alentejo e que residem no estrangeiro, uma vez que não foram referenciados pela operação censitária de 2011. Por isso, naquela data, o número de pessoas nascidas no Alentejo era de cerca de um milhão de efectivos.

A distribuição da população alentejana pelo território nacional exterior à região Alentejo ascendia a um quantitativo de 286 950 pessoas, cerca de 38% dos nascidos no Alentejo e evidencia a grande atractividade que a Região de Lisboa tem exercido sobre o Alentejo, para onde se deslocaram mais de 200 mil alentejanos, numa proporção de 23% dos naturais desta região que residem em Portugal.

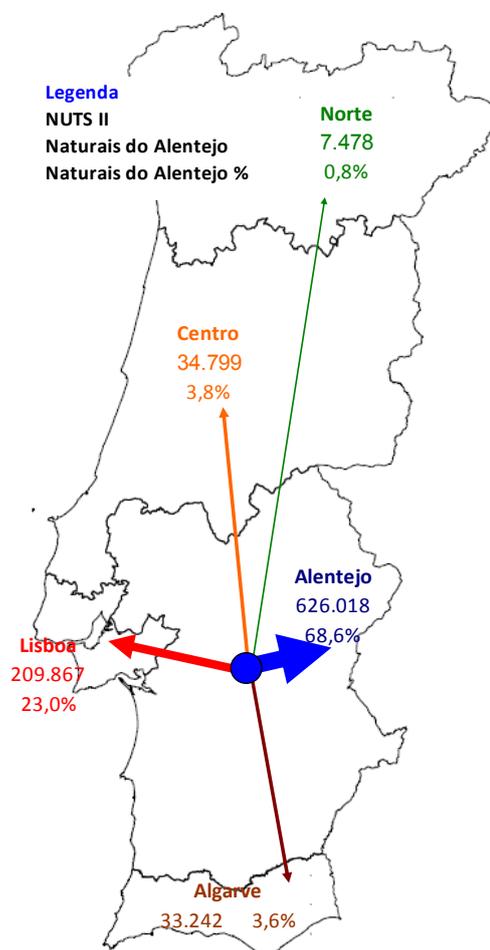
As restantes NUTS II beneficiaram de migrantes alentejanos de uma forma directamente proporcional à sua proximidade geográfica com o Alentejo. Assim, o Centro e o Algarve, regiões contíguas ao Alentejo, exercem uma atractividade sobre os alentejanos semelhante, pouco abaixo dos 4%, enquanto que o Norte tem uma receptividade fraca de alentejanos (0,8%) e as Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores quase nula.

Com base nos dados referidos, do Censo de 2011, é possível verificar a baixa capacidade que o Alentejo tem de fixação dos seus naturais, patente no facto de apenas 68,6% dos nascidos no território alentejano e residentes em Portugal se encontrarem a morar na sua região de nascimento (626 018 pessoas).

No contexto intra-regional (NUTS III), é o Baixo Alentejo que menos capacidade tem para fixar os seus naturais, de tal forma que, em 2011, pouco mais de metade (54,2%) dos nascidos naquela sub-região é que aí residia.

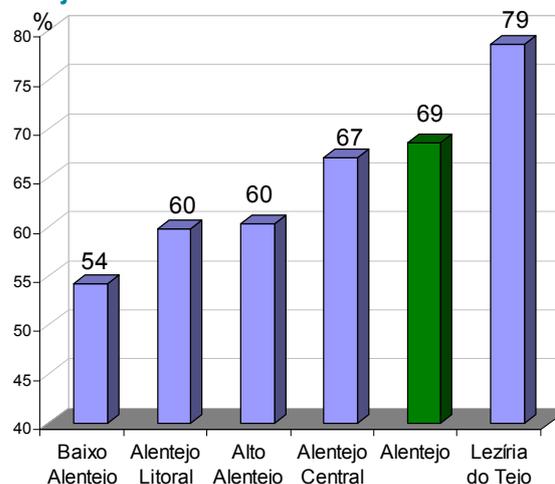
¹ Análise da informação estatística adquirida ao INE, extraída do Censo de 2011, que reporta a população residente em Portugal segundo a naturalidade.

Distribuição da população nascida no Alentejo pelo território nacional - 2011



Fonte: INE – Censo de 2011

População residente na sub-região de nascimento Alentejo - 2011



Fonte: INE – Censo de 2011

Contrariamente, a Lezíria do Tejo evidencia-se pela positiva, já que conseguiu fixar mais de $\frac{3}{4}$ dos seus naturais (78,6%), apesar da maior proximidade relativamente à área de influência de Lisboa. Esta atractividade da capital do país terá exercido a sua influência, de forma mais acentuada, relativamente à população nascida no Alentejo Litoral, sub-região que só fixou cerca de 60% dos seus naturais.

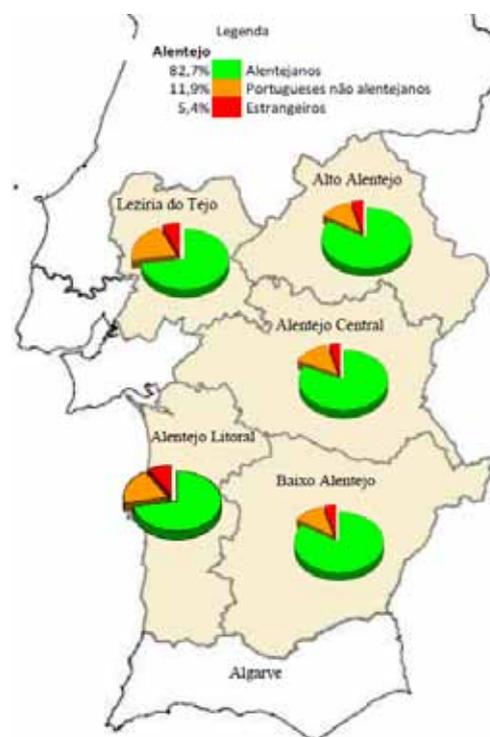
Não alentejanos no Alentejo

A atractividade da região pode avaliar-se através do quantitativo de pessoas que fixaram residência no Alentejo e cujo local do nascimento ocorreu fora da região. Este efectivo demográfico de não naturais do Alentejo (131 284 indivíduos) correspondia a cerca de 17,3% da população residente na região em 2011. Neste contexto, mais de 4 em cada 5 habitantes do Alentejo (82,7%) nasceram no Alentejo, sendo que, dos forasteiros, a maior parte, num quantitativo de 90 181 pessoas (68,7%), nasceram noutra região de Portugal e menos de $\frac{1}{3}$, 41 103 indivíduos (31,3%), são originários do estrangeiro.

Ao nível sub-regional, foi o Alentejo Litoral que maior proporção de estrangeiros fixou, numa proporção de 8,5% do total dos seus residentes, enquanto que a Lezíria do Tejo se assume como a sub-região que maior atractividade exerceu relativamente a portugueses de outras zonas do país e que, em 2011, representavam 21,4% dos seus residentes.

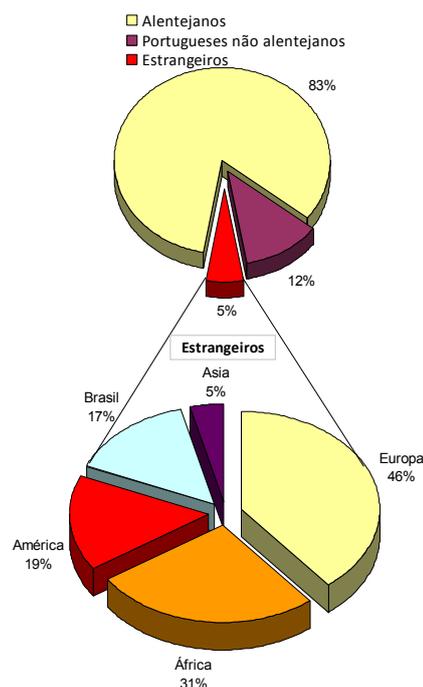
Cerca de metade (45%) da população estrangeira que fixou residência no Alentejo é originária de países da Europa, dada a proximidade geográfica e as facilidades de deslocação e de trabalho concedidas pela União Europeia. A comunidade de imigrantes africanos no Alentejo aparece em segundo lugar, com uma representação aproximada de 30%, consideravelmente superior aos americanos que não atingem os 20%. Referência final para o Brasil de onde se deslocaram 17% dos imigrantes que, em 2011, se encontravam a residir no Alentejo ■

Proporção de população residente no Alentejo segundo o local de nascimento por NUTS III – 2011



Fonte: INE – Censo de 2011

População residente no Alentejo segundo o local de nascimento e origem da população estrangeira – 2011



Fonte: INE – Censo de 2011

Tema em destaque

Plano de Ação Regional - Alentejo 2020

A Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo foi incumbida pelo Governo de preparar regionalmente (NUT II) a programação do novo ciclo de fundos comunitários, para o período 2014/2020, dinamizando um processo técnico e de participação e de consulta pública visando a elaboração de um Documento de Orientação Estratégica para o Desenvolvimento do Alentejo no horizonte 2020. Neste contexto, o Plano de Ação Regional – Alentejo 2020, aprovado em reunião do Conselho Regional da CCDR de 13-09-2013 formula a Visão Estratégica, as linhas estruturantes de desenvolvimento regional e as prioridades de intervenção no enquadramento da Estratégia Europa 2020.

A situação de partida do novo período de programação é fortemente marcada por um conjunto de tendências pesadas que constituem importantes constrangimentos estruturais do Alentejo e das suas sub-regiões, entre os quais se destacam: (i) o comportamento recessivo da demografia regional, atingindo limiares de vitalidade endógena preocupantes; (ii) a desvitalização social e económica de importantes aglomerados urbanos e dos territórios de baixa densidade; (iii) o reduzido dinamismo do tecido empresarial; (iv) as debilidades dos fatores estruturantes da atração de novos investimentos; e (v) as desvantagens competitivas face a regiões concorrentes.





Alentejo - Constrangimentos Estruturais

- Regressão prolongada da demografia regional, num contexto de duplo envelhecimento que limita as condições de regeneração endógena e transfere para a atração de novos residentes o restabelecimento do potencial demográfico do Alentejo, indispensável à criação de dinâmicas empreendedoras e à atratividade de investimento;
- Trajetória de desvitalização social e económica com encerramento de importantes funções administrativas e económicas, condicionando o potencial para atração e fixação de novos residentes, indispensáveis à revitalização do Território;
- Reduzido dinamismo do tecido empresarial, aquém de limiares críticos de estruturação económica e com reduzida incorporação de fatores dinâmicos de competitividade (capacidade de inovação, qualificação da mão-de-obra e das funções de gestão, abordagem de mercados de valorização competitiva de bens e serviços, ...);
- Limitações acentuadas dos sistemas e redes com potencial para atrair novos fluxos de investimento (infraestruturas de I&D, produção e transferência de conhecimento e tecnologia, oferta de serviços de excelência, apetrechamento e envolvente das áreas de acolhimento empresarial, ...);
- Ciclo prolongado de perda de produtividade dos fatores acentuando desvantagens competitivas no contexto nacional traduzidas numa menor capacidade para atrair novos investimentos (nacionais e externos);
- Fraca coesão territorial no acesso a TIC, Redes de Nova Geração e plataformas de suporte à inovação.





Não podendo abstrair as condicionantes estruturais e da conjuntura recessiva prolongada que induz ritmos de relançamento económico tendencialmente mais lentos, a abordagem do Plano de Ação Regional aos desafios e oportunidades no horizonte 2020 afirma com convicção que o Alentejo deve perspetivar o seu futuro partindo dos recursos do Território (permanentes e construídos) e usando com inteligência as amenidades urbanas, paisagísticas e ambientais para atrair residentes, visitantes e renovados fluxos de investimento.

Ativos Regionais para o Desenvolvimento

A Matriz de Ativos da Região do Alentejo apresenta um padrão de recursos (heterogéneo mas potencialmente complementar) onde avultam recursos naturais, produtivos e de sítio, com a fachada atlântica e o corredor terrestre de relação com a Europa, a constituírem importantes espaços de valorização desse leque composto de recursos. No essencial, essa Matriz estrutura dois conjuntos fundamentais:

- **Ativos permanentes** (Localização e Configuração Territorial; Recursos Naturais, Ambiente e Paisagem; Património Histórico e Cultural e Identidade Regional; Pólos Urbanos consolidados; Pessoas; e Recursos Institucionais);
- **Ativos adquiridos** que a Região foi construindo ao longo das duas últimas décadas [Rede de estabelecimentos de Ensino, Centros de Formação e Unidades de I&D; Acessibilidades internas e de interface com o exterior (logística, energia, transportes, tecnologias de informação e comunicação...); Pólo de química pesada e setor aeronáutico e eletrónico; Oferta agrícola para exportação, associada aos Perímetros de Rega; Rede de espaços aprovados para turismo residencial; e Redes de Equipamentos Sociais e de Saúde].

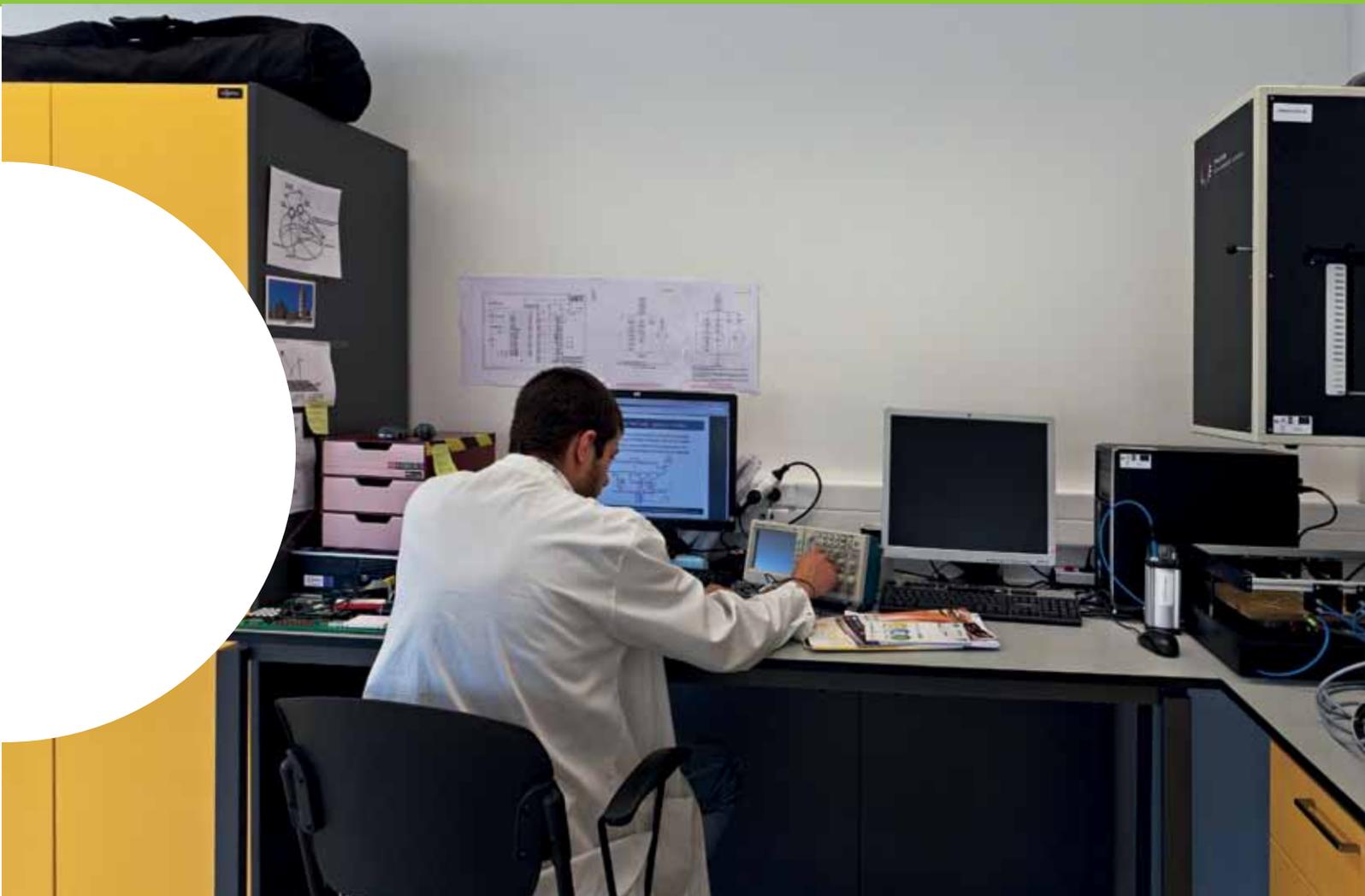


Do conjunto de Ativos permanentes e adquiridos que estruturam os recursos e argumentos da Região para o seu desenvolvimento futuro, salientam-se:

O **Território**, na sua configuração, amenidades e dotação infraestrutural em que se destacam a posição geoestratégica de proximidade à Área Metropolitana de Lisboa, ao Algarve e de ligação a Espanha e à Europa, bem como o potencial logístico que lhe está associado, nomeadamente, com a área portuária, industrial e logística de Sines (ativo estratégico com excelentes condições naturais, em termos de fundos e de acessibilidades marítimas, e posicionamento geográfico como Porta Atlântica da Europa no cruzamento das principais rotas mundiais de tráfego de contentores) e o Aeroporto de Beja (ativo regional com potencial latente para desenvolver pilares da sua vocação em matéria de transporte de passageiros e carga aérea e de instalação de unidades industriais).

As **Pessoas**, enquanto elemento motor de mudança e capital social de transformação que, na sequência de uma prolongada recessão (declínio económico, desvitalização social dos territórios, ...), se vê confrontado com a necessidade de criar limiares de vitalidade demográfica de suporte ao desenvolvimento regional, através da atração de novos residentes, da dinamização territorial de novas oportunidades e de uma nova combinação de talentos e capacidade empreendedora que valorize argumentos económicos na aproximação ao território (ruralidade de excelência, património urbano, áreas de investigação das IES, ...) e estilos de vida e novos valores.





A **Inovação e Competências**, na sua expressão de suporte à atração de talentos e investimentos com base: no reforço do potencial tecnológico e científico da Região, organizado de forma complementar, em rede e em articulação com o tecido empresarial, através da dinamização e potenciação do Sistema Regional de Transferência de Tecnologia (SRTT) e das suas principais componentes (Parque de Ciência e Tecnologia do Alentejo, Rede Regional de Ciência e Tecnologia, incubadoras e infraestruturas científicas e tecnológicas); e no reforço da vertente Competências, mediante a constituição de redes de oferta formativa dirigidas à formação superior inicial, avançada e ao longo da vida (nomeadamente, em áreas temáticas identificadas como estratégicas para a Região) e a dinamização de modalidades de aprendizagem ao longo da vida, de iniciativa do serviço público de emprego e formação, mediadas pela preocupação de envolver o tecido empresarial e dinamizando uma oferta mais profissionalizante e de resposta às necessidades empresariais;

Os **Recursos Naturais**, cuja heterogeneidade e potencial produtivo pode relançar uma base económica renovada através da dinamização de complexos de atividades dotados de dinamismo económico e empresarial, com condições propícias para potenciar a heterogeneidade de recursos em presença na Região:



- Agro-indústria e indústrias alimentares, com forte expressão de vantagens competitivas face ao País, na Lezíria do Tejo e no Litoral Alentejano e margem de progressão elevada no Baixo Alentejo, a partir do
- aproveitamento pleno do Regadio de Alqueva;
Atividades do sistema de montado, em particular na produção de cortiça e nas pequenas fileiras
- produtivas;
Cluster da Pedra Natural, com expressão na Zona dos Mármore (Alentejo Central), e os Minerais
- metálicos no Baixo Alentejo;
Recursos energéticos endógenos com expressiva diversidade na qual se destaca o valor da energia solar, mas também da energia eólica e da biomassa.

O **Sistema Urbano**, na organização de funções de atratividade e de regeneração socioeconómica e que através da possibilidade de (re) dinamizar alguns eixos urbanos ou subsistemas inter-concelhios, pode contribuir para um aumento da massa crítica (com efeitos na atratividade de novos residentes) e para uma gestão mais sustentável dos recursos, acompanhada por atuações no domínio da mobilidade.

Estratégia de Desenvolvimento Regional

A visão acerca da trajetória de desenvolvimento da Região, combinada com as prioridades definidas para o País no período de programação 2014-2020, encontra-se sistematizada graficamente na Figura seguinte, contribuindo para configurar uma estratégia própria, com capacidade diferenciadora relativamente às demais regiões portuguesas e distintiva das mesmas do ponto de vista do modelo de desenvolvimento a

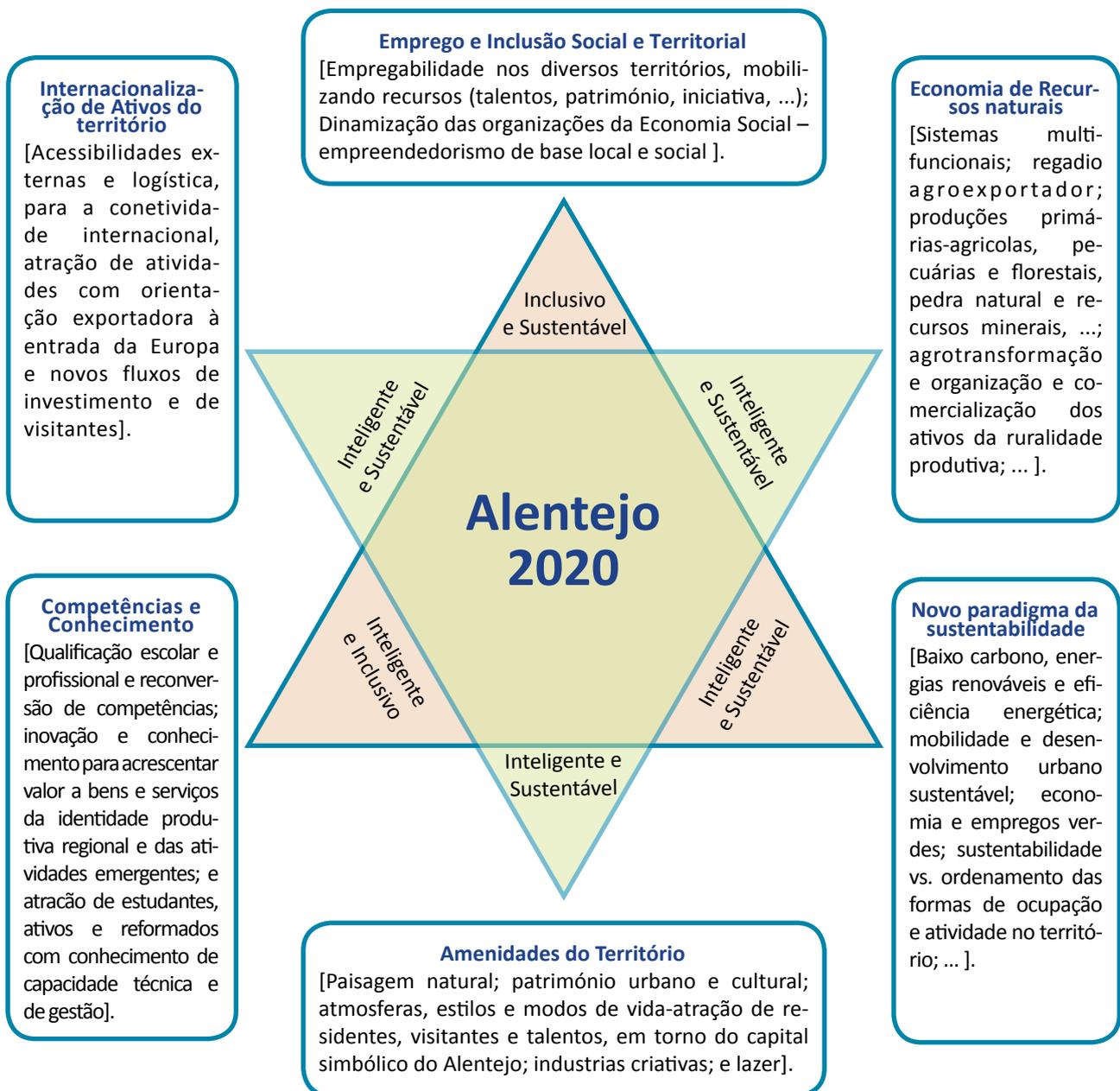




prosseguir, mas com potencial de integração do leque distinto de recursos e potencialidades existentes no Alto Alentejo, na Lezíria do Tejo, no Alentejo Central, no Baixo Alentejo e no Alentejo Litoral.

Os seis pólos da estratégica proposta pretendem articular de forma virtuosa as dimensões Inteligente, Sustentável e Inclusiva que se pretende para o crescimento futuro da Região (no enquadramento da Estratégia Europa 2020) e refletem a Visão para o Alentejo 2020.

Linhas Estruturantes do Desenvolvimento Regional



Visão – Alentejo 2020

Um Alentejo com capital simbólico e identidade distintiva, num território dotado de recursos materiais, de conhecimento e competências e de amenidades, aberto para o mundo e capaz de construir uma base económica renovada sobre a sua mais-valia ambiental, atraindo residentes, investimentos e atividades geradoras de emprego e coesão social.

Uma Visão com estes contornos implica a escolha de um modelo de desenvolvimento de especialização regional que combine de forma ambiciosa e criativa a vertente económico-produtiva (geradora de valor e de emprego) com as vertentes da sustentabilidade nas quais a Região (sobretudo, com as valências ambiente e energia) se posiciona de forma favorável para valorizar, no plano económico e social, essa inegável mais-valia ambiental.

✓ Prioridades de Intervenção Regional no Horizonte 2020

A Tabela seguinte estabelece o racional de relação entre os Ativos estratégicos e as Prioridades de Intervenção contempladas no PAR Alentejo 2020, identificando também a relação de coerência/enquadramento lógico nas Prioridades Temáticas da Política de Coesão.

Ativos estratégicos regionais	Prioridades de Intervenção regional no horizonte 2020	Prioridades Temáticas da Coesão
1. Inovação: IDT, Competências e Serviços	1. Consolidação do Sistema Regional de Inovação e Competências	Competitividade e Inovação
2. Território: Ativo para o desenvolvimento (conetividade, recursos e amenidades)	2. Qualificação e Internacionalização de ativos do território - acessibilidades e infraestruturas económicas	
3. Recursos naturais: vetores de (re)configuração da base económica	3. Renovação da base económica sobre os Recursos Naturais e a excelência ambiental da Região	
4. Sistema Urbano: Qualificação do território e regeneração económica e social	4. Qualificação do Território: Redes de suporte e novas dinâmicas territoriais	Desenvolvimento Sustentável
5. Pessoas: Capital Social e iniciativa	5. Qualificações, Empregabilidade e Inclusão Social	Formação do Potencial Humano Coesão Social

✓ Consolidação do Sistema Regional de Inovação e Competências

A dinamização de um Sistema Regional de Inovação e Competências deverá assentar no papel das Instituições de Ensino Superior e de Unidades de I&D, também envolvidas no processo de estruturação do nascente Sistema Regional de Transferência de Tecnologia, designadamente dotando-as de ferramentas da esfera do potencial científico e tecnológico que deverão permitir gerar sinergias com o tecido empresarial e atrair investimento privado.

As Instituições do Ensino Superior são chamadas a desempenhar um papel relevante no desenvolvimento regional, não apenas na transferência de conhecimentos e na inovação, mas também na investigação de base e aplicada, que sustenta a transferência de conhecimentos, e na formação superior (inicial, avançada e ao longo da vida), instrumento fundamental da qualificação da população e da atração para a Região de jovens quadros altamente qualificados e de empresas inovadoras e de emprego.

As componentes tecnológicas e científicas e de implementação de redes de transferência de conhecimento e tecnologia, devem incorporar também uma abordagem mais ligada aos processos e aos produtos de modo a aproximar as Unidades de I&D dos desafios e recursos distintivos da Região, contribuindo para o adensamento das cadeias de valor estratégico regionais.

A preocupação com a criação de novas condições de competitividade e de reforço da capacidade produtiva

e exportadora das atividades económicas mais relevantes na Região, deverá ser conciliada com o objetivo de criar localmente soluções de inovação social que tenham em conta a população alentejana, mobilizando as suas competências e os seus recursos de iniciativa no paradigma do crescimento inteligente e nas dinâmicas de qualificação, inovação e criatividade que lhes estão associadas.

✓ **Qualificação e Internacionalização de Ativos do Território: Acessibilidades, Conetividades e Infraestruturas económicas**

A localização do Alentejo e a disponibilidade de (e do) território para acolher atividades económicas constitui um ativo que tem uma forte centralidade na Visão Estratégica para a Região, no horizonte 2020. No enquadramento deste fator locativo, a internacionalização do território sustentada em projetos como Alqueva e Sines, mas também em atividades económicas com orientação exportadora, pressupõe:

- A valorização das capacidades de transformação agroalimentar geradas pelo aproveitamento produtivo dos Perímetros de Rega, com destaque natural para as dinâmicas de regadio induzidas pelo EFMA (Alqueva)
- O aproveitamento da localização no Alentejo de setores emergentes, com relevo para a aeronáutica e a eletrónica, atividades de grande relevância estratégica e tecnológica com potencial de clusterização (sinergias, a montante e a jusante, com outras atividades económicas e tecnológicas), que pode contribuir para posicionar internacionalmente a Região e o País
- A exploração racional e equilibrada do capital simbólico do Alentejo, traduzido na sua valia ambiental e patrimonial, e que tem forte potencial de atração de fluxos de visitantes que alimentam diversos segmentos da procura turística, mas deve constituir também um forte argumento para atrair novos residentes e fluxos de investimento

✓ **Renovação da Base Económica sobre os Recursos Naturais e a Excelência Ambiental e Patrimonial da Região**

Esta Prioridade de intervenção afigura-se crucial para a concretização das linhas estruturantes de desenvolvimento na ótica do crescimento económico do País, nomeadamente, nas vertentes da redução da dependência alimentar e energética e do fomento industrial, com base em recursos endógenos.

O objetivo estratégico consiste na estruturação gradual de um vasto Complexo de Atividades da Economia dos Recursos Naturais, dotado de escala económica e de iniciativa que permita projetar a Região no exterior e ajude à atração de Investimento Direto Estrangeiro para superar os enormes défices de capital e de tecnologia que o País enfrenta.

✓ **Qualificação do Território: Redes de Suporte e Novas Dinâmicas Territoriais**

Um novo ciclo de desenvolvimento urbano deve centrar-se prioritariamente na dinamização de funções diferenciadoras que atraiam residentes dotados de qualificações e capacidade de iniciativa, bem como na renovação das vocações estratégicas, nomeadamente dos Centros Urbanos Regionais e Estruturantes da Região.

A modernização das cidades (dotadas de amenidades, atrativas e “inteligentes”) no contexto da organização de um Sistema Urbano Policêntrico, pode beneficiar de uma nova configuração baseada em cidades/territórios, enriquecendo a matriz urbano-rural existente, contribuindo para valorizar um território que alberga um vasto e heterogéneo património natural e construído.

Na dinamização e animação das cidades, os agentes culturais e criativos têm um papel crucial a desempenhar que poderá ser ampliado mediante a promoção de Redes envolvendo cidades, empresas e agentes de desenvolvimento, que nas dimensões pública, privada e público/privada, mobilizem os agentes do território para alcançar objetivos estratégicos comuns explorando oportunidades de reposicionamento competitivo da Região.

✓ Qualificações, Empregabilidade e Inclusão Social

Esta *Prioridade de Intervenção* combina as vertentes-chave da Estratégia Europa 2020 situadas no domínio da *Formação do Potencial Humano*, da qual se esperam contributos de resposta a compromissos do Programa Nacional de Reformas (abandono escolar e formação superior) e intervenções em matéria de qualificações dinamicamente ajustadas às necessidades de empregabilidade e inclusão.

A abordagem da Formação do Potencial Humano na Região deve assumir uma dupla face (na integração de objetivos e na construção de parcerias) estabelecendo um desafio crucial para as respostas a dinamizar pelas Instituições de Ensino Superior, pelas Escolas Secundárias e Profissionais e pelas Entidades Formadoras (públicas, associativas e privadas) tanto no plano das qualificações, como no plano da prestação de serviços de excelência e no estabelecimento de relações pró-ativas com o tecido social e empresarial da Região (existente e a atrair).

Esta aposta no sistema de formação (mais visível nas vertentes da formação superior, inicial e avançada, na aprendizagem e na formação técnica especializada) deverá desempenhar um papel charneira na *atração de investimentos em atividades que fixem recursos humanos qualificados, estimulando um perfil de maior profissionalização de quadros intermédios*, com vantagens para o reforço da empregabilidade e visando construir uma economia amiga do emprego.

A constituição de consórcios entre Instituições do Ensino Superior e empresas e entidades de interface do tecido económico, poderá representar um importante contributo para: (i) melhorar as competências do capital humano nos elos-chave da formação escolar e profissional regional, com apostas mais visíveis e reforçadas na formação em alternância (Aprendizagem), na formação técnica especializada e avançada (Centros de Formação e Instituições de Ensino Superior) e na formação-consultoria; e (ii) valorizar as competências obtidas em contexto de formação ■



Programa Operacional Regional - INALENTEJO

Situação em 30-09-2013

A fase final de execução do Programa obriga a um redobrado acompanhamento continuado da evolução da execução das operações para que a maximização da utilização da dotação do fundo comunitário disponibilizado para a região seja efectiva.

Assim, é preciso estar atento às operações aprovadas e que eventualmente estejam sem capacidade de concretização para que as mesmas sejam atempadamente desactivadas e ainda seja possível utilizar a disponibilidade financeira daí resultante para novos projectos de interesse regional que possam vir a surgir. Tendo em conta a crise que o país e a região atravessam, as probabilidades de alguns promotores terem constrangimentos na execução dos seus projectos, é maior, face às dificuldades da obtenção da contrapartida nacional através de recurso à banca. Neste contexto, no trimestre em análise, procedeu-se à transição de operações já aprovadas no Programa Operacional Regional para o Programa Operacional de Valorização do Território assim como a alguma desactivação de operações sem execução, pelo que a variação do *Investimento elegível* e do *Fundo Aprovado* se revela negativa, de -3,1% e -2,6%, respectivamente. De salientar a evolução favorável de 8,1% do fundo executado.

Valores do Fundo Comunitário - Set-2013 vs Jun-2013

Valores do Fundo Comunitário	Set -13 Milh. Euro	Jun -13 Milh. Euro	Varição Trimestre (%)
Dotação do fundo	853,93	853,93	
Investimento elegível	1.159,2	1.196,3	-3,1
Fundo Aprovado	853,0	875,5	-2,6
Fundo Executado ⁽¹⁾	461,8	427,3	8,1
⁽¹⁾ Fundo Validado + Adiantamentos certificáveis			
Fonte: INALENTEJO 30-09-2013			

Se se tiver em conta a variação do período homólogo em 2012, o fundo aprovado teve um acréscimo de 14,2% e o fundo executado de 53,5%

Fundo comunitário - Variação trimestral e anual homóloga - Set 2013

FEDER	Set-1 vs Jun-12 (Variação anual homóloga)	Set-13 vs Jun-13 (Variação no trimestre)
	%	%
Total FEDER aprovado	14,2	-2,6
FEDER Executado	53,5	5,9
Fonte: INALENTEJO 30-09-2013		

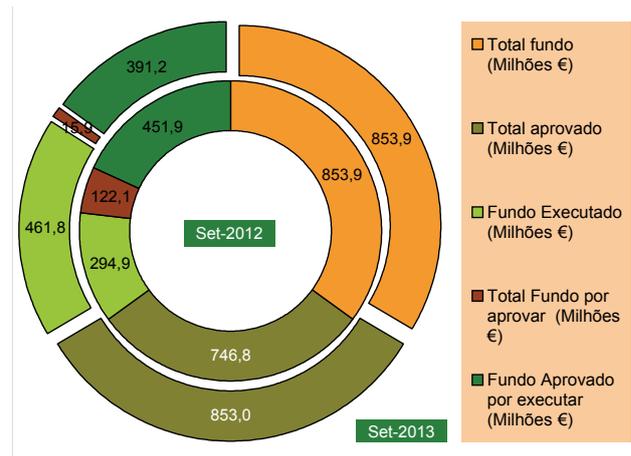
As taxas de realização e de execução apresentam um acréscimo trimestral com os valores de 8,7% e 5,7%, respectivamente, pese embora a taxa de compromisso revele o decréscimo de 4,2%, pelas razões já invocadas (necessidade de desactivar operações sem execução). A variação destas taxas, face ao período homólogo, é bastante favorável, sendo de salientar o acréscimo de 44,9% na taxa de execução do Programa.

Indicadores de gestão

Indicador	Set -13	Jun-13	Set-12	Var. Homóloga	Var. Trimestre
	%	%	%	%	%
Taxa de Compromisso (AP/PR)	99,9	102,5	85,9	14,2	-4,2
Taxa de Realização (VA/AP)	53,1	48,8	39,5	34,4	8,7
Taxa de Execução (VA+AC)/PR	54,1	51,1	37,3	44,9	5,7
Fonte: INALENTEJO 30-09-2013					
AP - Aprovado; PR - Programado; VA - Validado; AC - Adiantamentos certificáveis					

No final do trimestre, é de salientar que 98,2% do fundo se encontra aprovado, e 45,9% por executar, ao que correspondem os valores de cerca de 853 e 400 milhões de euros, respectivamente.

Valores do Fundo Comunitário - Set-2013 vs Set-2012



Mais de metade do fundo comunitário executado está afecto à Coesão Local e Urbana

Ao verificar-se a situação do Programa *por eixo prioritário*, conclui-se que mais de metade do fundo comunitário executado (56%), à semelhança do que já vem acontecendo, está afecto à Coesão Local e Urbana, apesar do volume do investimento elegível aprovado para a Competitividade, Inovação e Conhecimento ser ligeiramente superior ao valor correspondente



para o primeiro (Coesão Local e Urbana). A execução do fundo comunitário naquele eixo ocupa o segundo lugar com 25,9%, ficando a Valorização do Espaço Regional em último lugar (se exceptuarmos a assistência técnica), com 13,8% do fundo executado.

Valores do Investimento elegível e do Fundo aprovados e executados, por Eixo Set-2013

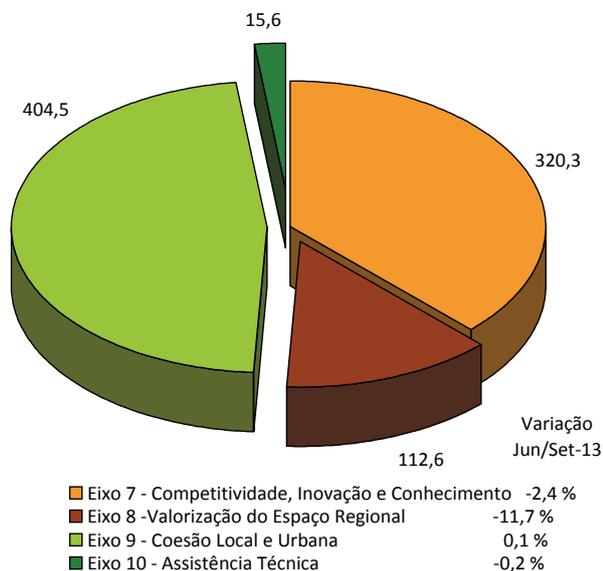
Eixo Prioritário	Aprovação				Execução	
	Investimento elegível	Fundo Comunitário	Investimento elegível	Fundo Comunitário	Fundo Comunitário	Fundo Comunitário
	Milh. euro	Milh. euro	%	%	Milh. euro	%
Total Programa Operacional	1.159,2	853,0	100,0	100,0	461,8	100,0
Eixo 7 - Competitividade, Inovação e Conhecimento	499,2	320,3	43,1	37,6	119,5	25,9
Eixo 8 - Valorização do Espaço Regional	144,3	112,6	12,4	13,2	63,8	13,8
Eixo 9 - Coesão Local e Urbana	497,3	404,5	42,9	47,4	258,7	56,0
Eixo 10 - Assistência Técnica	18,4	15,6	1,6	1,8	10,7	2,3

Fonte: INALENTEJO 30-09-2013

A variação da execução percentual, face ao trimestre anterior, manteve-se praticamente constante em todos os eixos, excepto na *valorização do espaço regional* onde se passou de uma execução de 16,2% para os actuais 13,8%.

Quanto aos valores aprovados, verifica-se que à excepção da Coesão Local e Urbana, todos os eixos sofreram um decréscimo, face ao trimestre anterior. Esta situação é coerente com o que foi referido anteriormente relativamente à «retirada» de operações sem execução.

Fundo aprovado, por Eixo



Os investimentos em *Infra-estruturas* e no sector *Produtivo* ocupam os lugares mais relevantes, quer no que concerne ao volume do investimento elegível, quer no que respeita ao volume do fundo

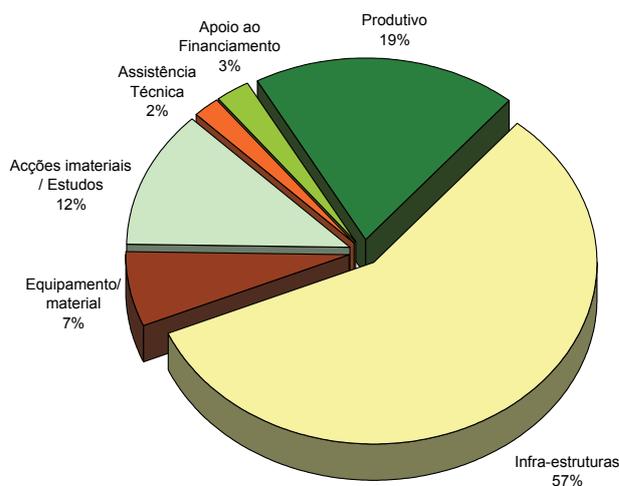
Os investimentos em *infraestruturas*, que continuam a ocupar o lugar de destaque, à semelhança dos trimestres anteriores, registam 65,1% do fundo comunitário executado no INALENTEJO, sendo que o *produtivo*, a ocupar o segundo lugar, regista 12,5% (valor inferior ao trimestre anterior que era de 13,1%). Estes valores percentuais estão em consonância com os valores do *fundo comunitário aprovado*, dado que o primeiro caso ultrapassa os 57% do fundo total aprovado e o segundo caso ultrapassa os 19%.

Valores do Investimento elegível e do Fundo aprovados e executados, por natureza do investimento Set-2013

Natureza do investimento	Aprovação		Execução	
	Investimento elegível	Fundo Comunitário	Investimento elegível	Fundo Comunitário
	Milh. euro	Milh. euro	%	%
Total Programa Operacional	1.159,2	853,0	100,0	100,0
Infra-estruturas	599,6	490,9	51,7	57,5
Equipamento/material	70,7	56,4	6,1	6,6
Acções imateriais / Estudos	156,8	105,0	13,5	12,3
Assistência Técnica	17,9	15,2	1,5	1,8
Apoio ao Financiamento	33,0	21,7	2,8	2,5
Produtivo	281,1	163,8	24,3	19,2

Fonte: INALENTEJO 30-09-2013

Fundo aprovado, por natureza do investimento



O Alentejo Central é a NUTS III da região onde se verifica o maior volume de investimento elegível, de fundo aprovado e de fundo validado

O Alentejo Central continua a ser a NUTSIII com o valor do investimento elegível e fundo comunitário



Equipamentos de Dinamização Cultural - Moura

Loja do Cidadão - Borba



aprovado mais elevado, correspondendo a cerca de 26% dos valores globais aprovados, seguido, do Baixo Alentejo, do Alto Alentejo e da Lezíria, em posições muito próximas, cada uma com cerca de 17% do fundo aprovado, relativamente ao valor total do fundo disponível para a região.

Valores do Investimento elegível e do Fundo aprovados e executados, por NUTS III

NUTS III	Investimento elegível	Fundo Comunitário Aprovado	Fundo Comunitário Validado	Taxa de Realização(1)
	Milh. euro	Milh. euro	Milh. euro	%
Total Programa Operacional	1.159,2	853,0	461,8	53,1
Alentejo Litoral	156,7	94,6	42,6	45,0
Alto Alentejo	193,0	147,6	84,8	57,4
Alentejo Central	299,2	222,2	110,0	49,5
Baixo Alentejo	193,5	148,0	81,3	55,0
Lezíria do Tejo	190,4	145,0	75,0	51,7
Não regionalizável	126,3	95,5	58,8	61,6

Fonte: INALENTEJO 30-09-2013
(1) - Fundo validado / Fundo aprovado (%)

O Alto Alentejo apresenta a taxa de realização mais elevada (57,4%, enquanto no trimestre anterior apresentava o valor de 50,6%), seguido do Baixo Alentejo (que no trimestre anterior ocupava o primeiro lugar com 52,3%) e da Lezíria do Tejo (51,7% versus 47,2% do trimestre anterior) ■

Programa Operacional Regional - INALENTEJO

Apoio ao investimento em microempresas do interior e criação de postos de trabalho

O Sistema de Incentivos às Microempresas do Interior, que se enquadra no programa Valorizar – Criar Valor com o Território, tem por objetivo apoiar iniciativas de microempresas em territórios com problemas de interioridade, criando ou fixando emprego e dinamizando economias locais, tratando-se de um sistema simplificado de atribuição de incentivos.

Os apoios incidem sobre projetos que contemplem a criação de até 2 postos de trabalho durante 12 meses, sendo o incentivo não reembolsável calculado através da aplicação de uma taxa de 50% às despesas de investimento consideradas elegíveis.

Aplica-se a projetos de investimento:

- inferiores a 5 mil euros, promovidos por microempresas com investimentos localizados em áreas territoriais de baixa densidade;
- iguais ou superiores a 5 mil euros, mas inferiores a 25 mil euros, promovidos por microempresas com investimentos localizados em áreas territoriais de baixa densidade, mas não consideradas como freguesias rurais.

O INALENTEJO alocou uma dotação de 3,5 milhões de euros, destinada ao Sistema de Incentivos às Microempresas do Interior.

Neste contexto, a Autoridade de Gestão do INALENTEJO aprovou recentemente 19 projetos de investimento promovidos por microempresas do Alentejo, no âmbito do Sistema de Incentivos às Microempresas do Interior, cujo investimento total ascende a 325 mil euros, com um incentivo FEDER associado de 141 mil euros, os quais vão permitir a criação de mais 32 novos postos de trabalho, com um prémio à criação de postos de trabalho de 415 mil euros.

Até ao momento, no âmbito deste Sistema de Incentivos, o INALENTEJO já apoiou 72 microempresas da Região Alentejo, permitindo a criação de 109 novos postos de trabalho. O investimento total a realizar associado a estes apoios ascende a 1.238 mil euros, a que corresponde um incentivo FEDER total de 589 mil euros e um prémio total à criação de postos de trabalho de 1.147 mil euros.

Os projetos recentemente aprovados correspondem à Fase IV do Sistema de Incentivos às Microempresas do Interior, abrangem diversos concelhos da Região Alentejo e enquadram-se em setores de atividade diversificados, que passam pelo turismo, comércio, indústria e serviços.

A V e última fase de apoios do Sistema de Incentivos

às Microempresas do Interior está aberta até ao dia 9 de dezembro.

Em complemento, as empresas que tenham projetos aprovados no âmbito deste Sistema de Incentivos podem ainda aceder à linha de crédito INVESTE QREN, junto dos bancos aderentes, para financiar a parte do seu investimento não coberto por fundo perdido ■

Mais informações poderão ser obtidas junto do INALENTEJO, através do endereço inalentejo@ccdr-a.gov.pt ou pela linha verde 800 205 238.



Valorizar

Criar Valor
com o Território

Incentivos a Microempresas do Interior

Investimentos em destaque

Beneficiário:

Município de Portel

Código da Operação:

ALENT-09-0356-FEDER-000356

Designação da Operação:

Construção do Centro Social de Monte do Trigo

Concelho (Localização Física da Operação):

Portel

Regulamento:

Equipamentos para a Coesão Local

Investimento Elegível Aprovado:

1.555.314,93 euros

FEDER Aprovado:

1.322.017,69 euros

Descrição:

O projeto consiste na execução das obras de construção civil do edifício do centro social de Monte do Trigo, o qual compreende o espaço para apoio a idosos (lar e centro de dia) e apoio a crianças (creche), desenvolvido num único piso térreo, com uma área bruta de construção de aproximadamente 2020m², destinado à instalação dos espaços e salas inerentes à natureza destes equipamentos:

- Lar de Idosos – com 13 quartos duplos e 13 quartos individuais (todos com instalações sanitárias), sala de estar e de reuniões, gabinetes técnicos e administrativos, áreas de refeições, de cozinha, de roupa e de lavandaria, instalações sanitárias, vestiários, arrumos, garagem e outros compartimentos de apoio e circulação;
- Creche – com 2 salas de atividades, sala de refeições, sala de pessoal, sala parque, berçário, instalações sanitárias e e outros compartimentos de apoio e circulação.

Inclui ainda o apetrechamento do edifício com equipamento adequado para a cozinha, o refeitório, a lavandaria, a sala de estar, os quartos e a creche.

Com esta intervenção pretende-se dotar a freguesia de Monte do Trigo, de um conjunto de equipamentos necessários para o seu desenvolvimento harmonioso, nomeadamente através da construção deste centro social de apoio aos idosos e às crianças, proporcionando-lhes um espaço de convívio comum, de modo a fomentar nos mais novos, o respeito e a simpatia pelos seus congéneres de idade mais avançada ■



Beneficiário:**MYFARM.COM, Lda****Código da Operação:****ALENT-07-011A-FEDER-036806****Designação da Operação:****Alargamento e expansão da atividade da MYFARM.COM****Concelho (Localização Física da Operação):****Beja****Regulamento:****SIALM – Sistema de Incentivos de Apoio Local a Microempresas****Investimento:****25.000,00 euros****Investimento Elegível Aprovado:****24.980,00 euros****Incentivo Não Reembolsável:****12.490,00 euros****Financiamento à Criação de Posto de Trabalho:****24.901,67 euros****Descrição:**

O projeto consiste na criação de hortas reais, com a dimensão de 7x7m, nas quais se podem cultivar legumes, sendo a sua gestão efetuada através da rede de Internet, numa horta virtual.

Todos os clientes têm ao seu dispor um gestor de cliente, constituído por um técnico qualificado na

área da horticultura/agronomia. O gestor de clientes é responsável por todo o aconselhamento técnico/apoio dado ao cliente, para possibilitar a melhor produção da sua horta.

Com o projeto de “*Alargamento e expansão da atividade da MYFARM.COM*”, a MyFarm pretende aumentar o número de clientes no Alentejo e no resto do país.

Tendo em conta que a MyFarm.com assegura aos seus clientes, serviços de consultoria técnica (agronómica e logística), a partir de uma Plataforma Web, na criação e gestão de horta individuais de 49m², os objetivos específicos do projeto são:

- Melhorar a eficiência das atividades de consultoria, científica, técnica e da plataforma, para agilizar a expansão da empresa;
- Aquisição, instalação e teste de novas câmaras web;
- Prospecção, estudo de mercado, ações de comunicação e marketing;
- Financiar a necessidade de aumento líquido de dois postos de trabalho de jovens, entre os 18 e os 30 anos, desempregados ou à procura do primeiro emprego, inscritos no centro de emprego há pelo menos 4 meses, com licenciatura ou mestrado ■



Beneficiário:**Município de Ponte de Sôr****Código da Operação:****ALENT-09-0550-FEDER-001013****Designação da Operação:****Ponte Pedonal e Acessos em Ponte de Sôr****Concelho (Localização Física da Operação):****Ponte de Sôr****Regulamento:****Mobilidade Territorial****Investimento Elegível Aprovado:****349.509,31 euros****FEDER Aprovado:****297.082,91 euros****Descrição:**

Construção de uma ponte pedonal, estabelecendo a ligação entre as duas margens do rio Sôr, permitindo encurtar de forma significativa a distância entre os lugares de Arneiro e Pinheiro, e o centro da cidade. O projeto integra ainda a iluminação da ponte pedonal, que para além do aspeto da segurança para quem a atravessa, constitui uma forma de valorização e atratividade da obra e da própria zona ribeirinha de Ponte de Sôr, pelo jogo de luzes e cor que a mesma proporciona.

Por via desta intervenção pretende-se contribuir para a melhoria das condições de acessibilidade e mobilidade, ligando as duas margens do rio através de um percurso destinado exclusivamente a peões e velocípedes, contribuindo simultaneamente para a requalificação da zona intervencionada e para a melhoria da qualidade de vida oferecida aos habitantes de Ponte de Sôr e àqueles que a visitam.

A estrutura da ponte consiste numa treliça tridimensional tubular metálica de um único vão.

Esta intervenção, quer pelo seu nível urbanístico, quer estético, contribui para o reforço da coesão territorial, potenciando a atratividade da cidade de Ponte de Sôr ■







